

Inclusão de documento EIA-RIMA Projeto Santa Quitéria

De Andre Lima Sousa <profandre.lima@uece.br>

Data Seg, 14/04/2025 18:58

Para COMIP Ibama/Sede <comip.sede@ibama.gov.br>

 1 anexo (529 KB)

Inconsistências do EIA-RIMA Socioeconômico Projeto Santa Quitéria.pdf;

Geralmente, você não recebe emails de profandre.lima@uece.br. [Saiba por que isso é importante](#)

CUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Prezadas/os, boa noite, esperamos encontrá-los bem.

Vimos por meio deste solicitar a inclusão do artigo em anexo, a ser incorporado como contribuição complementar a se somar no mesmo sentido dos esforços do "PARECER TÉCNICO-CIENTÍFICO Análise do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato da jazida de Itataia, Ceará, 2025", versão de abril. O mesmo contém elementos novos no que tange aos impactos socioeconômicos do EIA-RIMA apresentado pelo projeto Santa Quitéria.

Favor, confirmar o recebimento.

Atenciosamente,

André Lima Sousa, bacharel em Ciências Econômicas e doutor em Geografia Humana, Professor Adjunto de Economia Política no curso de Ciências Sociais da FACEDI/UECE. Coordena as ações do processo de criação do Laboratório de Pesquisas e Práticas do Espaço Transitório (LAPPET), e atualmente faz parte do Conselho Editorial da Editora da UECE, da Comissão ODS Carbono Zero UECE e Assessoria de Comunicação da FACEDI/UECE.

INCONSISTÊNCIAS E FALHAS NO DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DO PROJETO SANTA QUITÉRIA SOBRE O MEIO SOCIOECONÔMICO

André Vasconcelos Ferreira, economista, doutor em Geografia, professor da UFC.

André Lima Sousa, economista, doutor em Geografia, professor da UECE

Pedro D'Andrea Costa, licenciado em Geografia e mestre em Geografia

Na análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apresentado pelo Consórcio que pretende explorar as minas de Itataia, no seu capítulo socioeconômico, chama a atenção, em primeiro lugar, a superficialidade do mesmo, que somente se restringe a promover um extenso levantamento de informações sobre quatro municípios (Canindé, Itatira, Madalena e Santa Quitéria), sugerindo ser esta a região a ser impactada pelo empreendimento, mas sem informar o objetivo das referidas informações e nem debatê-las; nesse contexto, faz referências vagas à presença de comunidades tradicionais na região se restringindo a dizer, sem justificativa plausível, que as mesmas não seriam afetadas com a presença da mineradora.

Se o EIA se destaca pela superficialidade, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) praticamente nada tem a dizer sobre os impactos efetivos do Projeto Santa Quitéria (PSQ) para a região supostamente impactada. No item “Projeção de Crescimento Populacional para os Municípios da Área de Estudo” do relatório em foco, por exemplo, há uma projeção linear sobre a dinâmica populacional dos municípios citados, em cenários com e sem a existência do Empreendimento. Porém, o Relatório não diz para que serve tal projeção e como o crescimento ou decréscimo da população de uma região pode ser considerado algo positivo ou negativo. Além disso, a projeção é feita de forma linear, baseando-se no comportamento populacional dos últimos anos, como se o mesmo não sofresse interferência de diversas variáveis, inclusive, fatores externos, como a crise econômica que se abateu sobre o Brasil e o mundo, a partir de 2008.

O RIMA, por sua vez, sintetiza os impactos a serem gerados e demonstra os impactos negativos que, segundo ele, o Empreendimento irá trazer, conforme pode ser observado na página 132 do mesmo. Na fase de implantação do PSQ, os únicos dois indicadores que poderiam ser considerados “positivos” dizem respeito a “Alterações na atividade econômica” e “Alterações na receita municipal”. Contudo, a quantidade de fatores negativos, ainda que considerássemos apenas os fatores prejudiciais citados, extrapola, em muito, os possíveis impactos positivos previstos, senão vejamos: **a)**

Alteração das Condições de Tráfego, b) Mobilidade e Acessibilidade da População, c) Alteração da Dinâmica Populacional, d) Aumento da Demanda Habitacional e por Leitos de Estadia, e) Aumento da Demanda sobre infraestrutura e serviços públicos, f) Alteração da paisagem, g) Geração de incômodos devido às atividades do empreendimento, h) Alteração dos Hábitos, i) Costumes e Estilo de Vida, j) Alteração dos níveis de emprego e renda.

Cabe, entretanto, considerar que a presença de um empreendimento desta natureza irá, no mínimo, trazer um estigma para a produção local que prejudicará profundamente a economia da região. Em casos de “incidentes”, que não são raros em se tratando da exploração de urânio (vide a experiência de Caetité/BA), se trará contaminação para água, solo, animais humanos e não-humanos, além dos alimentos, fazendo com que consumidores evitem comprar produtos de procedência dos territórios afetados.

Já no que diz respeito aos pontos “positivos”, apresentados na página 104 do mesmo Relatório, em se tratando da arrecadação do município de Santa Quitéria, é sugerida uma estimativa de aumento da ordem de R\$ 6,7 milhões ao ano. O valor, caso se confirmasse, representaria um incremento de apenas 4% na receita de um único município, irrelevante em se tratando do montante arrecadado. Deve-se considerar, também, que esse tipo de empreendimento tem duração limitada, por volta de 20 anos de atividade, deixando para trás uma terra arrasada, resíduos altamente contagiosos (radioativos) e, provavelmente, muitos casos de câncer, cujos tratamentos tiveram um aumento de preço vertiginoso nos últimos anos. Segundo pesquisa do Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ¹, o custo do tratamento de câncer cresceu em mais de 400% desde 2022, ou seja, mesmo com a hipótese do aumento da arrecadação, os gastos com tratamento de doenças relacionadas à atividade econômica proposta aumentariam numa tal proporção que, possivelmente, superariam o impacto positivo em termos de arrecadação.

Vale destacar que, ainda segundo o RIMA apresentado: “A população dos municípios estudados dispõe apenas de atendimento básico e necessita de deslocamento para centros regionais maiores para atendimentos de média e alta complexidade (Sobral e Fortaleza)” (p. 107), e que: “As causas de óbito mais frequentes na região se caracterizam pela predominância de infecções transmissíveis (20%), doenças do coração e circulação (18%), seguido dos casos de câncer (13%) e doenças respiratórias (9%)” (p. 107).

Aqui, vale fazer um breve relato a respeito dos casos que ouvimos dos moradores locais quando das primeiras tentativas de exploração do urânio, durante a abertura das galerias localizadas

¹ Fonte:

[https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-06/custo-de-tratamento-de-cancer-sobe-400-em-quatros-anos#:~:text=Alta%20no%20custo,\\$%20758%2C93%20em%202022](https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-06/custo-de-tratamento-de-cancer-sobe-400-em-quatros-anos#:~:text=Alta%20no%20custo,$%20758%2C93%20em%202022) (Acesso em 7/3/25)

nas proximidades dos Projetos de Assentamentos (PAs) Morrinhos e Queimadas. Segundo ouvimos de moradores locais, houve diversos casos de acometimento por câncer de pessoas que trabalharam diretamente nas jazidas e, ainda, de casos desta doença em mulheres que simplesmente lavavam as roupas desses trabalhadores.

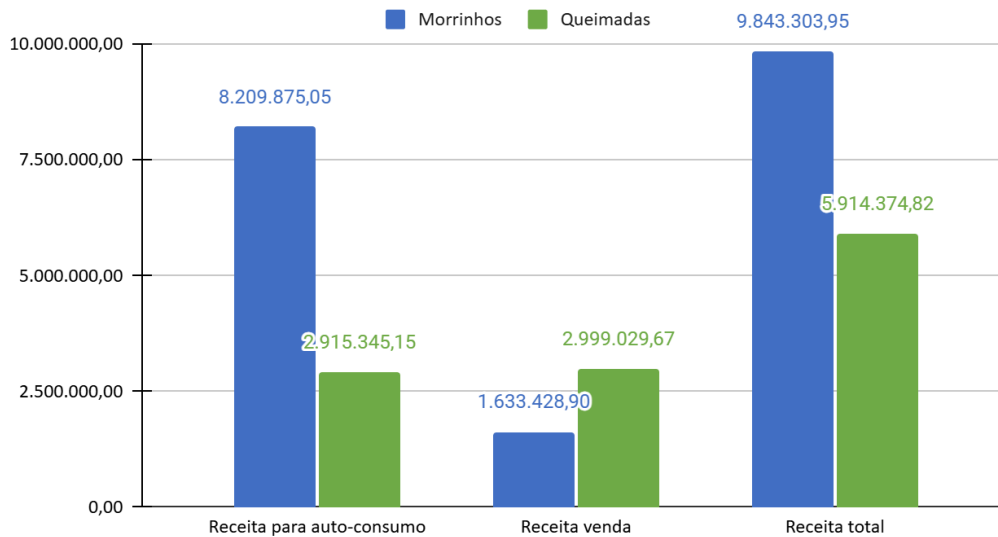
Outro fator relevante diz respeito ao uso intensivo de água que está previsto com a implantação e desenvolvimento das atividades em questão, que irá fatalmente afetar a oferta na região, implicando em maiores dificuldades para a produção local, que já tem que conviver com a relativa escassez de água, ao passo que o próprio RIMA do Consórcio corrobora com essa visão, ao afirmar que: “A região se caracteriza pela escassez hídrica. O abastecimento de água tanto para as áreas urbanas quanto rurais ocorre por açudes, poços artesianos, cisternas e caminhões-pipa (especialmente nos períodos de seca)” (p. 106).

Observe-se outra flagrante contradição presente no RIMA em questão, quando afirma uma suposta dependência externa da economia local, ao passo que o mesmo fala da importância da produção para o autoconsumo. A fim de explicitar essa contradição, apresentamos os dados da pesquisa realizada em parceria pelo Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Estadual do Ceará (UECE)², na qual, dentre outras variáveis, foi levantado o valor monetário equivalente da produção para o autoconsumo e produção destinada à comercialização em dois PAs diretamente impactados pelo Empreendimento, quais sejam, Morrinhos e Queimadas:

[...] Conforme observado na Figura 1, abaixo, a receita de autoconsumo no assentamento Morrinhos é de R\$8.209.875,05, enquanto a receita de venda corresponde a R\$1.633.428,90, representando R\$9.843.303,95 de receita total. Já a receita de autoconsumo no assentamento Queimadas é de R\$2.915.345,15, ao passo que a receita de venda da comunidade soma R\$2.999.029,67, o que corresponde a uma receita total de R\$5.914.374,82

Figura 1 - Morrinhos e Queimadas: receitas para autoconsumo, venda e total, em valores absolutos

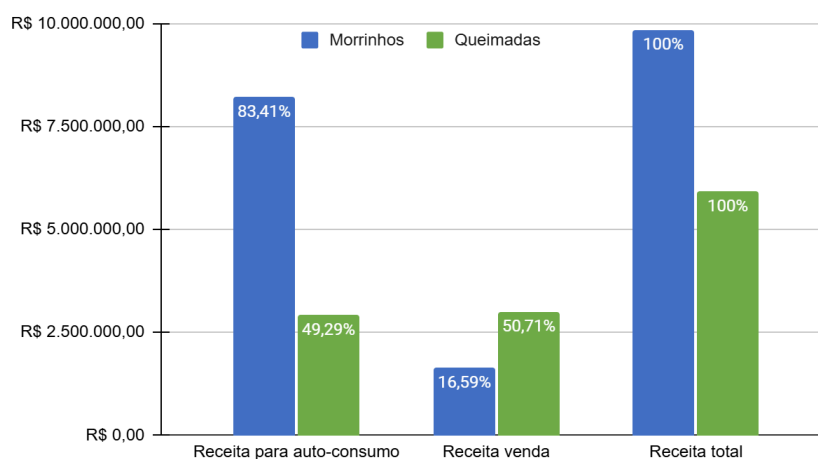
² FERREIRA, André Vasconcelos; SOUSA, André Lima; COSTA, Pedro D’Andrea *et al.* **Relatório socioeconômico preliminar dos Assentamentos Queimadas e Morrinhos, Santa Quitéria/CE.** MAM-UFC-UECE, Fortaleza, 2024.



Fonte: Levantamento primário realizado pelos autores.

Em termos percentuais, conforme observado na Figura 2, a seguir, a receita de autoconsumo no assentamento Morrinhos corresponde a 83,41% da receita total, enquanto a receita de venda representa 16,59% da receita total produzida pela comunidade. Enquanto isso, as receitas de autoconsumo e de venda no assentamento Queimadas correspondem a 49,29 e 50,71%, respectivamente, da sua receita total.

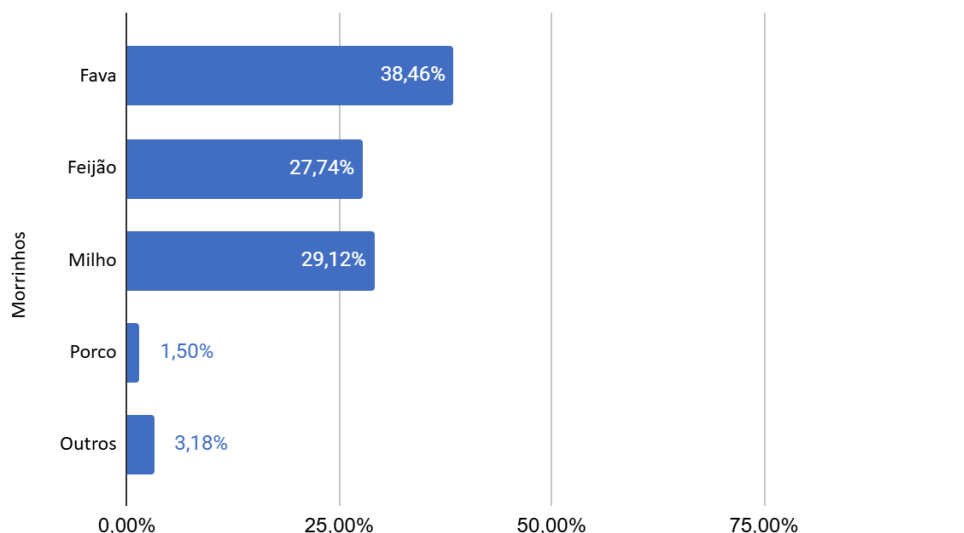
Figura 2 - Morrinhos e Queimadas: receitas para autoconsumo, venda e total, em %



Fonte: Levantamento primário realizado pelos autores.

A pesquisa levantou, ainda, a participação por produto na composição do autoconsumo.

Figura 3 - Morrinhos: participação por produto na receita de autoconsumo



Fonte: Levantamento primário realizado pelos autores.

Os dados apresentados na Figura 3, acima, referem-se à receita obtida para autoconsumo de diferentes produtos, no PA Morrinhos, destacando suas respectivas porcentagens na receita total. A fava lidera a lista com uma receita representando 38,46% do total de receita para autoconsumo - o que equivale a R\$3.157.695,00, em valores absolutos. Mais atrás, vem o milho, com uma receita que corresponde a 29,12% do total (R\$2.390.347,80, em termos absolutos). O feijão também se destaca, com 27,74% da receita total para autoconsumo, o que equivale a R\$2.277.700,80. Itens de menor contribuição incluem porcos, representando 1,5%, com receita de R\$122.828,10, e outros itens, com 3,18% da receita total, somando R\$261.303,35.

Já o principal argumento que o EIA levanta em favor do PSQ, tendo em vista o lugar em que o mesmo pretende se implantar, diz respeito à geração de empregos, porém o próprio Estudo deixa claro que, no pico da fase de implantação do Empreendimento, quando está prevista a geração de aproximadamente 2.000 empregos diretos, não mais de 400 destes serão destinados à força de trabalho local. O documento referido também enfatiza “que durante o período de operação do PSQ, que é de 20 anos, o total de empregos permanentes previstos é de 538”. Destaque-se que o mesmo não esclarece o percentual desses últimos que se relaciona à força de trabalho local. Considerando a proporção de 20%, que o EIA em questão aponta no caso da fase de implantação, serão pouco mais de 100 empregos destinados à população local durante os 20 anos de operação do Empreendimento. Desse modo, o principal impacto positivo deste último para a região onde o mesmo pretende se implantar cai por terra, nas palavras do próprio EIA.

Este último, segue argumentando, no que se refere à produção de Urânio e Fosfato de forma associada, que o Projeto Santa Quitéria apresentaria uma dupla importância em termos estratégicos

para a economia nacional, por um lado, subsidiando o agronegócio brasileiro e, por outro, contribuindo para a diversificação da matriz energética nacional.

No caso da produção de fosfato, o EIA argumenta que o Brasil é um dos principais exportadores de commodities agrícolas e que “desempenha um papel significativo como importador de insumos fundamentais para a produção, [...] como nitrogênio, fósforo e potássio (NPK)”. Nesse aspecto, um questionamento a ser considerado diz respeito ao lugar que o País deve ocupar nas cadeias globais de valor tendo em vista sua estratégia de desenvolvimento. Entretanto, o Estudo é profundamente omissivo no que se refere ao que pensa sobre desenvolvimento socioeconômico, o que nos leva a pensar que o mesmo não questiona o caráter primário-exportador da economia brasileira registrado historicamente que, diga-se de passagem, está associado ao subdesenvolvimento nacional.

Ainda nesse aspecto, há de se destacar a dependência da agricultura brasileira em relação a recursos finitos, como fósforo e potássio. Enquanto sendo o Brasil um dos maiores produtores mundiais de carne, grande parte da qual produzida em confinamento, como a carne suína e de frango, o País poderia não apenas aproveitar o esterco desses animais para gerar energia, através de uma técnica como o biodigestor rural, como evitar que esses resíduos fossem depositados diretamente no ambiente, poluindo rios, liberando metano na atmosfera... O biodigestor, no caso, é usado na produção de energia, enquanto o resíduo do mesmo se transforma em adubo, por sua vez, um fertilizante renovável. Outra vantagem do biodigestor é ser acessível a pequenos produtores que, assim, se tornam autônomos na produção tanto de fertilizante, como de energia; mas, isso, provavelmente, o modelo de desenvolvimento implícito na proposta deste EIA não apoia. O que transparece na sua leitura é que o modelo em questão busca aumentar o consumo de energia e fertilizantes produzidos por grandes empresas, e é aí que entra o urânio, que só pode ser produzido por grandes capitais. Esse mesmo modelo econômico propõe uma grande margem de lucro para as bem poucas empresas que podem atuar neste mercado, ao invés de propor pequenas margens de lucro para muitas pequenas e médias empresas trabalhando com biodigestores (o que vale também para pequenas centrais de geração de energia eólica, solar, hidráulica, etc.) e consumidores tornando-se autônomos em relação à produção energética e, com isso, diminuindo a demanda por energia da rede elétrica. Seria outra forma de superar o problema do propalado aumento da demanda energética. Mas a ideia de desenvolvimento que parece embasar o EIA em questão não passa por diminuir a demanda da grande rede, mas aumentar a oferta – pois isso interessa, sobretudo, às grandes empresas.

Nesse aspecto, há de se ressaltar, conforme Carl Menger (1987), que essa condição em que apenas poucas empresas dominam o mercado é prejudicial não apenas do ponto de vista do interesse dos consumidores, que precisam pagar preços mais altos pelos produtos, como da eficiência produtiva das próprias empresas que, livres da concorrência, deixam de estar pressionadas a diminuir seus preços. Menger (Op. cit.), ainda, admite que melhor seria ter muitas empresas no mercado, cada uma

delas, auferindo um pequeno lucro, do que a situação que se anuncia com a produção de energia nuclear por poucas grandes empresas, cada uma, auferindo grandes margens de lucro. Também, considerando a referida estrutura de mercado como geradora de concentração de renda, Michal Kalecky (1987) esclarece que quanto mais concentrada for a riqueza, maior será a tendência geral à crise econômica.

É preciso, assim, discutir a concepção de desenvolvimento socioeconômico que está implícita no EIA em pauta, pois disso resulta sua consideração específica sobre o que é impacto social e econômico, além do próprio significado do Empreendimento em termos de desenvolvimento para a região (e o país) em que o mesmo busca operar.

Chegamos, com isso, à questão de que, conforme observa o EIA, o urânio produzido em Santa Quitéria será “usado para a produção de concentrado, a ser beneficiado no exterior podendo retornar ao País para a utilização nas Usinas Nucleares Angra 1 e Angra 2”. O problema dessa afirmação, de um lado, é que a energia gerada pode, ou não, voltar para o Brasil, e quem vai definir isso, dentro da perspectiva do modelo de desenvolvimento implícito no EIA em questão, são as grandes empresas, que irão, grosso modo, consumir tal energia. Para os/as moradores/as do município de Santa Quitéria e adjacências, incluindo grande parte do território cearense, como demonstra Jeová Meireles, o que vai ficar da implantação do PSQ é um descomunal passivo ambiental, na forma de poluição por radiação, que uma vez gerada não se tem perspectiva de reversão dentro da escala de tempo que conhecemos.

Na lógica do mesmo Estudo, porém, “o PSQ se coloca como uma alternativa interna para a redução da dependência do crescente agronegócio brasileiro aos insumos oriundos do mercado internacional”. Ao contrário, o que dizemos é que empreendimentos como o PSQ, no interior do processo de desenvolvimento que este último persegue, reforçam a dependência não apenas do agronegócio, mas da economia brasileira, como um todo, em relação a outros países e, particularmente, a grandes empresas oligopolistas, visto que posiciona o Brasil, e o Ceará, em particular, no lugar de produtor da parcela de menor sofisticação tecnológica das cadeias produtivas em questão, posição que, como se sabe, agrega menos valor nas relações de intercâmbio. Celso Furtado diria que a consequência mais direta do fato de estarem separadas em países e regiões distintas as diferentes partes do sistema produtivo (parcelas com maior e menor grau de sofisticação tecnológica, no caso) é a reprodução de desigualdades quanto ao desenvolvimento ou subdesenvolvimento desses mesmos lugares.

Este EIA, por seu turno, garante que “para além do caráter estratégico do PSQ em escala nacional, o [mesmo...] tem forte potencial transformador e indutor de desenvolvimento socioeconômico em escala regional e local, com destaque para as municipalidades e comunidades de seu entorno”. O mesmo Estudo deveria, no mínimo, explicitar a partir de que noção de

desenvolvimento ele está avaliando os impactos de tal empreendimento, mas nada diz a esse respeito, e não o faz porque, certamente, advoga um modelo de desenvolvimento que é o padrão de desenvolvimento dominante no mundo atualmente, no caso, impulsionado pelas grandes empresas mundiais, sendo que, este, é o mesmo modelo que está levando o mundo a múltiplas crises – a começar pelas crises ambiental, econômica e social. Isto reforça a primeira conclusão que apresentamos sobre o EIA contratado pelo Projeto Santa Quitéria, que ele é extremamente superficial, visto que, também, não revela os fundamentos da discussão em que assenta sua visão sobre impactos socioeconômicos.

Mas ele também é falho na sua argumentação, por exemplo, quando afirma que a energia hidráulica, base da matriz energética brasileira, “embora limpa, implica importantes alterações ambientais, na medida que se modifica todo um ecossistema a partir do barramento do curso d’água de interesse”, e que “essas intervenções têm rebatimentos destacados no modo de vida das comunidades, uma vez que a inundação de áreas habitadas para criar os reservatórios resulta em deslocamentos forçados, rupturas sociais e modificações nos modos de produção, incluindo práticas agroextrativistas e de caça, que são fundamentais para as populações nativas”. O EIA do PSQ, porém, esquece que o que gera todo esse impacto socioambiental a que ele corretamente se refere não é a energia hidráulica em si, mas os grandes empreendimentos produtores desse tipo de energia. Sem falar que o impacto gerado pela produção de energia nuclear é imensurável, o que o mesmo EIA passa muito longe de reconhecer, como já dissemos – o que demonstra, ademais, seu caráter tendencioso.

Outro argumento falho deste EIA está em afirmar que as formas de produção de energia fotovoltaica e eólica “não são capazes de entregar produção de energia firme e confiável ao longo de todo o ano, demandando, dessa forma, fontes de energia de reserva para cobrir os períodos em que não estão gerando energia, como o anoitecer, para o caso da energia fotovoltaica, ou quando não são capturadas rajadas de vento capazes de movimentar os aerogeradores, no caso da energia eólica”. O problema desse tipo de argumento é que o Brasil já tem um grande percentual de energia hidráulica que pode ser usada como essa “reserva” a que o EIA se refere. Observe-se, ainda, que se as fontes de energia solar brasileiras produzirem toda a energia que o Brasil precisa nos momentos em que o mesmo está ao alcance do sol e as fontes de energia eólica produzirem toda a energia que o país demanda durante os momentos em que está ventando, vai sobrar toda a energia hidráulica que se está consumindo, atualmente, nos momentos em que se tem sol e vento no País.

Destaque-se que, se estas últimas forem produzidas de forma descentralizada, será bem mais vantajoso do ponto de vista do modelo de desenvolvimento que estamos contrapondo ao que entendemos ser aquele que fundamenta o EIA do PSQ. Entretanto, não seria suficiente denunciar as falhas e omissões do referido EIA, e de seu modelo de desenvolvimento se não anunciássemos um modelo mais satisfatório do ponto de vista social, econômico e ambiental – modelo, este, que não está

na nossa cabeça somente, mas nos lugares, como diria Milton Santos (2006). Ademais, não é de fora do lugar que surge o processo de desenvolvimento, como propõe Celso Furtado, mas de dentro para fora, portanto, a partir do lugar. Nesse caso, como processo movido a partir de fora, os lugares não se desenvolvem, ao contrário, se tornam dependentes de outros lugares e, ressalte-se, de grandes empresas estrangeiras. É preciso, nesse sentido, deixar claro que os/as moradores/as de Santa Quitéria e Itatira já manifestaram explicitamente, em especial, nas Audiências Públicas previstas no processo de licenciamento ambiental, que são contrários/as ao Empreendimento. Aliás, não só a população destes municípios rejeitou tal projeto, porém, o candidato a presidente da República que, nas últimas eleições, defendeu tal projeto, em rede nacional, perdeu as eleições. Na falta de um dado melhor, essa é uma proxy do que os/as brasileiros/as pensam sobre esse projeto. Deve-se, assim, respeitar a vontade soberana do povo brasileiro.

Enfatize-se, ainda, que as falhas e omissões deste EIA não param por aí; mas, ainda, se estendem às suas considerações sobre a energia nuclear que é, basicamente, “considerada confiável exatamente pelo fato de não depender de fatores externos (PNE 2050), redundando no aumento da previsibilidade do sistema”. No mais, o dito Estudo avança na defesa desta última, destacando-a “como a segunda mais importante fonte de energia de baixa emissão de carbono utilizada para geração de eletricidade, superada apenas pela energia proveniente de usinas hidrelétricas”. E nada fala sobre os riscos de contaminação radioativa da mesma, quando já se sabe que não existe forma de extração segura de minérios radioativos (basta citar, mais uma vez, o exemplo de Caitité/BA), muito menos há meios seguros para tratamento dos resíduos desta produção, os quais, basicamente, vão sendo empilhados no território, notadamente, em lugares periféricos, do ponto de vista dos grandes capitais, reproduzindo injustiças socioambientais as mais profundas.

Nesse sentido, o referido EIA passa muito longe de ter fundamento científico e, mais que tendencioso, ele é apologético. E, aqui, não se pode deixar de considerar que existe um vício na origem de todo esse processo, que diz respeito à própria lei ambiental, tendo em vista a sua determinação de que a própria parte interessada na implantação do empreendimento é responsável por contratar a empresa que irá produzir o EIA-RIMA, quando sabemos que a autonomia científica, capaz de garantir o interesse público, só pode ser realizada no contexto de instituições públicas dotadas de autonomia financeira e de gestão, sendo, este, um debate já bastante antigo, que data do surgimento das universidades modernas.

No mais, o que este EIA faz é levantar uma quantidade enorme de informações em torno das quais não faz qualquer articulação no sentido de comprovar sua argumentação, muito menos de levantar contradições fundamentais em relação à perspectiva de implantação do mesmo. Enfatize-se que, embora reconheça a agricultura como uma das principais atividades produtivas nos municípios em pauta, observando um “direcionamento para a produção de milho e feijão”, o EIA parece ignorar

completamente o efeito que uma exploração de urânio terá em termos de contaminação radioativa do seu entorno, além do efeito devastador que, em última instância, terá para a produção agrícola local tanto em termos do efeito sobre a saúde dos/as agricultores/as que consomem grande parte desses produtos, como do comércio realizado pelos/as mesmos/as, pois pouca gente vai querer comprar um produto agrícola produzido do lado de uma mina de urânio em funcionamento. Seria, portanto, a mais completa decadência da produção agrícola da região, como também ocorreu em Caitité.

E não só a agricultura seria devastada, neste caso, mas os serviços, como é caso do turismo, seria dramaticamente impactado. Com relação a este segmento, ainda conforme o EIA do PSQ, embora os municípios pesquisados apresentem “características distintas”, Itatira se destaca por seus “atributos naturais”, que “possibilitam oportunidades de turismo ecológico. Em Santa Quitéria, as feiras e eventos são o principal atrativo, enquanto em Canindé tem destaque o turismo religioso. Madalena, por sua vez, era uma referência regional pela realização de festas em clubes de forró, sendo fortemente afetadas durante a pandemia de Covid-19, não havendo, até o presente, uma retomada desses encontros”. Em todos estes casos, a atividade econômica seria praticamente inviabilizada, pois, de modo semelhante ao que acontece com a agricultura, os/as consumidores/as, de modo geral, não se arriscariam a fazer turismo numa região com altos níveis de poluição radioativa na atmosfera, água ou nos alimentos.

Acrescente-se que até mesmo a atividade industrial seria fortemente prejudicada, pois não se pode dizer que uma região com poluição radioativa seja atraente para qualquer trabalhador/a; em específico, no mínimo, os melhores trabalhadores/as poderiam encontrar opções de vida e trabalho em outros lugares. Num contexto de escassez relativa da força de trabalho, os salários pagos na região tenderiam a se elevar, afastando também os investimentos privados.

Chega-se, com isso, à consideração de que o EIA em questão é profundamente omissivo em relação aos impactos do PSQ. Seu caráter apologético pode, ademais, ser observado quando o mesmo faz referência às organizações sociais mais representativas da região em foco. Segundo ele:

É de extrema importância conhecer as organizações e os indivíduos de maior representatividade dentro de uma sociedade, para conhecimento de sua história, dinâmica e do modo como pensam e se expressam perante os diversos assuntos de seus interesses. Ademais, é o modo mais coerente e perene que um novo ator ou uma nova ideia tem para se inserir numa organização social: através da transparência, do respeito às opiniões existentes e da construção de uma realidade conjunta.

O prolapado “respeito às opiniões existentes” tem, como se pode verificar, o pressuposto de que “os principais entes intervenientes [...], de alguma forma, possam desempenhar papel relevante na implantação e operação desse empreendimento”; nesse caso, o EIA chega a fugir da sua missão de relacionar impactos ambientais para propor que as organizações presentes no território passem a ter papel relevante na implantação e operação do PSQ.

O mesmo EIA ainda reconhece que “as estratégias institucionais pressupõem o reconhecimento das potencialidades do território [ou pelo menos deveriam...], promovendo a interseção das instituições presentes com a administração pública, tendo em vista o bom uso dos instrumentos disponíveis de maneira a diagnosticar as necessidades da sociedade civil nas mais diversas esferas”. O que chama atenção, porém, é que diante da quantidade enorme de informações reunida em tal documento nada se articule para a explicitar uma estratégia de desenvolvimento territorial propriamente dita, que inclua o PSQ, no caso; tudo isso, para finalmente concluir que “o Projeto Santa Quitéria tem forte potencial transformador e indutor de desenvolvimento socioeconômico para as municipalidades e comunidades de seu entorno”. Chega a ser desnecessária a quantidade de informações que este EIA reúne, pois a sua conclusão praticamente não leva em consideração o que dizem todas estas informações. Trata-se, por fim, de um documento, além de profundamente tendencioso e apologético, totalmente superficial seja pela deliberada falta de fundamentação teórica, ou pela desconexão completa entre desenvolvimento e conclusão.

Insuficiências na caracterização histórico-econômica da região afetada e consequente inadequação do empreendimento para o desenvolvimento territorial local

O EIA-RIMA em análise reconhece o PSQ como um importante vetor para o desenvolvimento regional, em especial, para Santa Quitéria e Itatira, enquanto enfatiza que as economias destes municípios são voltadas prioritariamente ao setor de serviços e à administração pública, sendo suas finanças dependentes das transferências governamentais do estado e da União. Ao posicionar-se favoravelmente ao Projeto, portanto, o documento parece fundamentar-se na dependência econômica e financeira dos municípios em destaque.

Note-se que estes últimos estão localizados num estado e numa região (Nordeste), para não falar de um país (Brasil) onde se reproduz historicamente uma estrutura socioeconômica dependente de fatores externos, bem como, marcada pela extrema concentração fundiária – esta última, herança do regime de sesmarias, bem como da política agrária implementada por essas bandas desde então, tendo como objetivo a especialização estrita da produção nacional em torno de um ou poucos produtos primários, visando ao mercado internacional. Observe-se, nessa perspectiva, a expansão da cotonicultura, ainda durante a segunda metade do século XIX, em grande parte do território cearense; nesse contexto, a economia local passou a sofrer fortemente os efeitos das oscilações periódicas do mercado mundial, com a transferência dos fatores de produção locais ao setor de subsistência, em particular, nos momentos de queda acentuada dos preços do produto de exportação – como classicamente descrito por Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*.

Com isso, **o diagnóstico da dependência econômica e financeira dos municípios de Itatira e Santa Quitéria deve ser atribuído a esse tipo de modelo primário-exportador, ao passo que a proposta da exploração de Urânio e Fosfato na região, com ênfase no primeiro, apenas deverá reforçar a dependência socioeconômica dos municípios citados, com o sério agravante de que, no caso da produção de Urânio, o risco à saúde humana é exponencialmente maior do que no caso das atividades primário-exportadoras do passado** – como demonstram os estudos elencados neste parecer. Note-se que, do ponto de vista socioeconômico, o PSQ basicamente reproduz a estrutura colonizadora que predominou no Brasil (e na América Latina), entre os séculos XVI e XIX, cujo objetivo fundamental foi reproduzir permanentemente a dependência econômica e social do país através da submissão de interesses nacionais a decisões tomadas externamente. E, nesses mesmos moldes, porém de forma muito mais trágica, se propõe, com este Projeto, continuar a realizar as atividades socioeconômicas em Itatira, Santa Quitéria e região, em pleno século XXI.

Importa ressaltar que o modelo primário-exportador em questão foi conduzido de fora para dentro dos respectivos países, muito diferente do que predominou nas colônias de povoamento do norte da América setentrional – que resultaram na formação dos EUA – onde se desenvolveu, a partir da segunda metade do século XVII uma “economia similar à da Europa, isto é, dirigida de dentro para fora, produzindo principalmente para o mercado interno, sem uma separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno” (FURTADO, 1980, p. 29).

Cabe, ademais, destacar, conforme Furtado (Op. cit.), que: “o sistema de monocultura é, por natureza, antagônico a todo processo de industrialização”. Por isso mesmo, ainda que no seu momento mais glorioso, nos anos 1950, em Santa Quitéria e, também, em quase todo o Ceará, o ciclo do algodão não foi capaz de desencadear transformações estruturais na economia local, em particular, no sentido de uma maior incorporação de progresso técnico, que está na base do processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Foi nesse contexto, em particular, durante as crises do setor exportador brasileiro e cearense, que se transferiram recursos produtivos locais ao setor de subsistência - tendo em vista o reduzido mercado interno dessas localidades. O setor de subsistência em questão caracteriza-se: “por uma grande dispersão, [baseando-se] na pecuária e numa agricultura de técnica rudimentar, [sendo] mínima sua densidade econômica” (FURTADO, Op. cit.).

Ainda de acordo com Furtado (1980):

A "roça" era e é a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos, de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos monetários mínimos.

Tal estrutura, que embora tenha sido parcialmente superada na formação econômica brasileira com a expansão do mercado interno nacional - sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX (FURTADO, Op. cit.) -, ainda guarda fortes resquícios no país, com ênfase, em algumas de suas regiões - como é o caso do Semiárido nordestino.

Por sua vez, os territórios de Itatira e Santa Quitéria resistem à dominação externa e ao modelo primário-exportador imposto “de fora pra dentro”, notadamente, em vista das suas consequências sociais e ecológicas¹⁷, tanto através da formação educacional - vale lembrar que os referidos municípios têm taxas de aprovação escolar acima da média do estado do Ceará e do Brasil tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, possuindo um total de 278 escolas em seus territórios - como da construção de centros nacionais de decisão válidos que, como propõe Furtado, em *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, situa-se como elemento determinante do processo de desenvolvimento socioeconômico orientado a partir de valores substantivos, como a sustentabilidade, a equidade etc.

Neste último aspecto, o próprio EIA-RIMA admite - embora não extraia as devidas conclusões a esse respeito - que as organizações comunitárias, incluindo Associações, sindicatos, dentre outras: “têm muita importância para a população local”. Basta dizer, também em meio ao reconhecimento do referido EIA-RIMA, que:

Em Itatira existem 89 dessas organizações, com destaque para a Federação de Associações Comunitárias, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as cooperativas Agropac e Sertaneja Cearense (FAPE), de agricultura familiar, além da Câmara de Dirigentes Lojistas. Já Santa Quitéria conta com 90 associações, com forte presença da Federação das Associações Comunitárias, do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável no Semiárido (ONG Cactus), e daquelas que atuam nos assentamentos e distrito: Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida (Queimadas), Unidade Executora Luiz Menezes Pimentel (Morrinhos) e Associação Comunitária dos Moradores de Riacho das Pedras.

Destaque-se, ademais, a existência de “27 Projetos de Assentamento (PA) na AID, sendo que quatro deles estão localizados em Itatira e outros 23 em Santa Quitéria”. **Tais informações demonstram a vitalidade dos referidos territórios em termos de**

organizações sociais e produtivas, em particular, da agricultura familiar, a qual reúne 80% dos estabelecimentos rurais em Itatira e 77% em Santa Quitéria.

O documento em pauta ainda esclarece que, em Santa Quitéria:

[...] são oferecidos cursos nas áreas de administração, comércio, contabilidade, eletrotécnica, enfermagem, finanças, informática, logística e redes de computadores, concomitantes ao ensino médio, e secretaria escolar na modalidade subsequente. Em relação aos cursos de nível superior, no município de Santa Quitéria é ofertado apenas um curso na modalidade presencial, sendo ele o de Administração Pública, na Faculdade Itatiaia (FACIT). A maioria das opções de acesso ao ensino superior para a população de Santa Quitéria se dá através da Educação a Distância (EaD), ofertada por inúmeras instituições em todo o país. Em Santa Quitéria, especificamente, algumas instituições, como o Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) e a Universidade Cesumar (UniCesumar), mantêm polos de apoio presencial, que são locais para o desenvolvimento descentralizado das atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância. No que diz respeito aos cursos de pós-graduação, o município oferece diversas opções em diferentes áreas do conhecimento, inclusive na modalidade presencial.

No município de Sobral, polo na oferta de serviços educacionais na região, os cursos técnicos e profissionalizantes são ofertados por diversas instituições públicas e privadas, entre elas o Instituto Federal do Ceará (IFCE), a Escola Estadual de Educação Profissional Dom Walfrido Teixeira Vieira e o Instituto Educacional Sobralense. No município são oferecidos cursos, como nas áreas de eletrotécnica, enfermagem, informática, mecânica, meio ambiente e segurança do trabalho, nas modalidades concomitante e subsequente ao ensino médio. No que diz respeito ao nível superior, ainda no município de Sobral, foram identificadas variadas instituições que oferecem cursos de graduação e pós-graduação, tanto na modalidade presencial quanto a distância. Entre essas instituições, destacam-se a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e o Centro Universitário Inta (UNINTA).

O mesmo estudo ainda esclarece que, entre os anos de 2010 e 2020, quando o Brasil apresentou quadro de estagnação econômica, com uma taxa de crescimento do PIB de apenas 0,3% a.a., a região Nordeste cresceu 0,9% a.a.. Neste contexto, o estado do Ceará apresentou uma taxa de crescimento de 1,1% a.a., enquanto os municípios pesquisados (Canindé, Itatira, Madalena e Santa Quitéria) apresentaram padrão semelhante ao do estado (1,1% a.a. entre 2010 e 2020), ao passo que “Santa Quitéria cresceu 2% a.a. entre 2010 e 2020, em que o setor de serviços foi o principal indutor da economia com crescimento de 4% a.a”.

Note-se, ainda, segundo o mesmo EIA, que “Santa Quitéria apresentou um incremento no número de empregos formais, subindo de 3.150, em 2010, para 4.394, em 2021, totalizando 1.244 novas vagas”. Cabe destacar que estamos falando de um período de crise no País e não podemos deixar de comparar esse total de novas vagas (1.244), com a expectativa de geração de empregos do empreendimento em questão, que como mostramos acima deve ficar em torno de cento e poucas novas vagas no que se refere à população local (das 538 vagas de emprego que se supõe gerar, durante os aproximadamente 20 anos de seu

funcionamento). Há, ainda, que se considerar a quantidade de empregos que serão perdidos num eventual contexto de poluição radioativa da região - que, muito provavelmente, haverá de superar a quantidade ínfima, diga-se de passagem, de empregos gerados.

Não é demais ressaltar, que em Santa Quitéria houve, ademais, um crescimento significativo de empregos no setor industrial, aumentando [a participação desse setor no total de empregos...] de 26,1%, em 2010, para 42,3%, em 2021”.

No que se refere ao uso dos recursos naturais, conforme o estudo observado , em 2017, “Santa Quitéria destinava 64,8% de áreas para matas e/ou florestas naturais e 19,6% para pastagens naturais. Com 3,2% das áreas no município, 6,9 mil hectares de terra eram utilizados para lavouras temporárias”. Embora este EIA não extraia nada de positivo do fato de se ter um grande percentual do território municipal coberto por matas e/ou florestas naturais, deve-se considerar que esta é a melhor condição para captar carbono da atmosfera (Wackernagel; Rees, 1996). Além disso, quando o mesmo se refere ao clima semiárido, só consegue distingui-lo “como um limitante aos pequenos produtores, na medida que a água se torna um elemento em constante escassez”. Ele assim procede, no mínimo, por ignorância, pois as potencialidades de produção de uma agricultura mais resistente à seca, baseada, dentre outros, no cultivo de plantas xerófilas, são conhecidas já desde os estudos de Guimarães Duque, ainda na primeira metade do século XX, que inclusive influenciaram autores como Celso Furtado a propor, por exemplo, no GTDN, um plano de desenvolvimento socioeconômico adaptado à realidade do semiárido, capaz de conviver com a realidade deste último, ao invés de combatê-la – visão que, aliás, vem se tornado bastante comum na atualidade.

Este próprio EIA identificou, em particular, no PA Morrinhos, localizado há menos de 5 km da Mina de Itataia, que:

A produção de mel é uma atividade que foi iniciada há cerca de cinco anos e conta, atualmente, com oito produtores. A apicultura é realizada de forma artesanal, ou seja, sem manufaturas ou maquinário. [...] A comercialização do mel é realizada tanto no mercado local (Feira de Lagoa do Mato) quanto para outros centros urbanos, como Fortaleza e São Paulo. A Associação de Apicultores de Santa Quitéria foi apontada pelas lideranças entrevistadas como ente organizativo para apoio técnico e intermediação da venda dos produtos.

Há de se ressaltar que a produção de mel em questão é realizada tendo como base a mata nativa e vem crescendo praticamente sem apoio do poder público, o que se justificaria plenamente tendo em vista o caráter social e ecológico dessa produção. Na mesma direção de um desenvolvimento adaptado social e ecologicamente à realidade local, também pode ser

citada a produção agrosilvipastoril, sobre a qual há inúmeros estudos, inclusive realizados pela Embrapa, que demonstram sua sustentabilidade (Maia et al., 2006; Araújo Filho et al., 2005).

O EIA observa, ademais, a existência de sítios arqueológicos e práticas culturais como religiões de matriz africana, entre outras. Ainda com relação às manifestações culturais, o mesmo afirma que “o município de Santa Quitéria apresenta dois museus, um memorial e a Paróquia de Santa Quitéria, além da festa religiosa em homenagem à padroeira da cidade, eventos de quadrilhas ligados às festividades juninas, exposição ligada ao setor agropecuário e a comemoração da emancipação municipal”. Tudo isso, também incluindo o elevado grau de preservação do bioma local, de forma bem administrada e, mais uma vez, com apoio bastante justificado do poder público, pode favorecer a existência de um turismo científico, cultural e ecológico capaz de utilizar os recursos ambientais e culturais existentes em favor de um desenvolvimento sustentável da região.

A temática ambiental, inclusive, vem sendo fortemente trabalhada nos referidos municípios, o que reforça essa possibilidade. Nesse aspecto, conforme nos informa o EIA do PSQ:

[...] de acordo com a Seduc, coordenadorias e superintendências de ensino atuam de forma coordenada na implementação de ações e programas que visam ao fortalecimento da Educação Ambiental nos sistemas de ensino, dentre eles: Conferências Infante-Juvenis pelo Meio Ambiente (CNIJMA): no ano de 2018, somavam um total de 1.233 escolas participantes. Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida): conforme pesquisa realizada em 2011 pela SEDUC junto às escolas da rede pública de ensino, existiam 857 Com-Vida. Coletivo Jovem de Meio Ambiente: Inicialmente existentes em 7 municípios (Fortaleza, Horizonte, Canindé, Quixadá, Groáiras, Aurora e Itapajé), em 2018 resolveram formar um Coletivo Jovem estadual, agregando os municípios e os jovens que atuavam nas CNJIMAs. Mostra da Educação Ambiental da Rede Estadual de Ensino: espaço de compartilhamento de projetos científicos e artístico culturais. A partir de 2015 aliou-se à Feira de Ciências e Cultura da Seduc e transformou-se no projeto Ceará Científico. Ceará Científico: apresenta duas modalidades – Ambiental Científico e Ambiental Artístico-Cultural. Projetos de Permacultura: objetivam o desenvolvimento de ações que viabilizem a transformação da escola em Espaço Educador Sustentável. A cada ano diferentes escolas são contempladas; e Formação Continuada de Professores em Educação Ambiental – Escolas Sustentáveis.

Portanto, onde o referido EIA só vê limitações ambientais, está colocado, em verdade, um grande potencial de desenvolvimento sustentável, tendo como base a força do próprio lugar, não de fora para dentro, como em muitos momentos de nossa história nacional (e estadual) se tentou - sem êxito - realizar, mas de dentro para fora, que como a história não cansa de nos mostrar, se apresenta como o único caminho possível.

Importa, no mais, ressaltar que o EIA em pauta também analisou o Índice de Gini desta região, com base nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, revelando “redução das desigualdades socioeconômicas nos municípios de Santa Quitéria, Itatira e Canindé entre 2000 e 2010. Madalena, por sua vez, apresentou estabilidade, mantendo índice de 0,58 em 2000 e 2010. Quando comparados ao estado do Ceará e ao Brasil, os quatro municípios apresentam menor desigualdade socioeconômica”. Este indicador é importante tanto do ponto de vista social, considerando que a transferência de renda em favor dos segmentos empobrecidos da população diminui a sensação de pobreza, ou pobreza relativa, como de uma perspectiva econômica, favorece a ampliação do mercado interno, haja vista a maior propensão marginal a consumir dos segmentos populacionais de mais baixa renda.

Considere-se, ainda conforme o mesmo Estudo, a expressiva elevação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na região em questão, entre 1991 e 2010. Tomando o exemplo de Santa Quitéria, que vale, aproximadamente, para Itatira, Canindé e Madalena, conforme relata o referido EIA, houve aumento deste indicador de 0,281, em 1991, para 0,616, em 2020. Um crescimento percentual mais expressivo até, considerando o mesmo período, do que o ocorrido no Ceará, onde o IDHM passou de 0,405 para 0,682, e no Brasil, em que o mesmo indicador passou de 0,493 para 0,727.

Note-se, com relação mensuração deste índice nos municípios em questão, também como relata o EIA citado:

[...] que a Longevidade se destaca como a que mais contribuiu para o IDHM geral nos quatro municípios. Para Santa Quitéria, Canindé e Madalena, desde 2000 o indicador já alcançava o patamar de Alto (entre 0,700 e 0,799). A dimensão Educação foi a que apresentou maior incremento, passando do nível Muito Baixo em 2000 para o nível Médio em 2010, especificamente para os três primeiros municípios mencionados. Em Itatira também houve forte incremento para a dimensão Educação no período analisado, todavia, em 2010, ainda estava no patamar Muito Baixo. Por sua vez, a dimensão Renda apresentou melhoria mais discreta, passando do nível Muito Baixo para Baixo em todos os municípios no período analisado.

Cabe, entretanto, considerar, que o indicador de Renda utilizado no cálculo do IDHM, o PIB, no caso, responsável por um menor crescimento deste mesmo índice em se tratando dos municípios citados, possui limitações severas, sobretudo em termos da sua utilização para mensuração da renda nesta região, o que sugere ter havido um ainda maior desenvolvimento humano entre os referidos municípios, durante o período observado. Em primeiro lugar, porque uma grande parte da produção agrícola destes últimos tem como destino o autoconsumo e, segundo, devido a uma parcela fundamentalmente expressiva da renda dos mesmos ser produzida informalmente; desse modo, o PIB e, por consequência, o IDHM ficam subestimados dado que ambas as parcelas da produção citadas não entram no cálculo do PIB.

Com relação ao indicador de Educação, também utilizado no cálculo do IDHM, sabe-se que o mesmo ainda pode melhorar significativamente, na medida em que se enfrente com maior vigor o problema do analfabetismo existente na região. Como se sabe, tendo como referência, mais uma vez, próprio EIA, embora tenha havido “grande redução na taxa de analfabetismo nos referidos municípios, entre o ano 2000 e 2010”, a faixa etária de 25 anos ou mais ainda apresenta valores elevados, “atingindo mais de 40% da população dessa faixa etária no ano 2000 e mais de 30% no ano de 2010”, com Itatira apresentando “taxas ainda mais altas, 55,24% e 42,88% para os anos de 2000 e 2010, respectivamente”.

Um fator já destacado, em termos das possibilidades de melhoria dos indicadores educacionais destes municípios (e dos seus respectivos IDHMs, portanto), bem como da formação científica e profissional da força de trabalho desta região é o crescimento recente da oferta de cursos técnicos e de nível superior.

Outro aspecto econômico que pode ser considerado favorável em se tratando da região estudada, também conforme o referido EIA, diz respeito ao “aumento substancial do número de pessoas que trabalham por conta própria, abrangendo basicamente microempreendedores, no período 2000 – 2010, nos municípios de Santa Quitéria e Itatira. [...] Em levantamento realizado no site MaisMei, constata-se que o número de microempreendedores individuais registrados em Santa Quitéria totaliza 1.057 pessoas, o que corresponde a 49,6% das empresas registradas (2.129) nesse município em 2023”. Observe-se, ao mesmo tempo, que foram identificadas na área de abrangência do EIA citado:

[...] um total de 199 associações e cooperativas, com destaque para Santa Quitéria e Itatira diante de maior disponibilidade de dados. De modo geral, todas essas entidades têm como objetivo a defesa de direitos sociais da população residente em bairros das sedes urbanas ou das comunidades e dos pequenos produtores rurais, residentes e/ou instalados nas zonas rurais desses municípios. Cabe ressaltar que, além dessas associações, também há aquelas destinadas a atividades assistenciais beneficentes.

Em Santa Quitéria atuam diferentes cooperativas, com destaque para a COISQ (Cooperativa Industrial Santa Quitéria Ltda.), que reúne trabalhadores que atuam na indústria de confecções do município. Também há duas cooperativas que reúnem produtores rurais, com destaque para a Cooperativa Agropecuária de Santa Quitéria Ltda. e a AGROPAC (Cooperativa Agropecuária dos Produtores do Ceará Ltda.). Em Itatira foi identificada a COOPTI (Cooperativa de Táxi Intermunicipal de Itatira Ltda.), que reúne os taxistas intermunicipais que prestam serviços para os moradores que se dirigem para cidades próximas. Também foi identificada a FAPE (Cooperativa Sertaneja Cearense), sediada no Distrito de Lagoa do Mato, em Itatira, que reúne produtores rurais desse distrito, com atuação destacada na apicultura e na produção de polpas de frutas; e a Associação Comunitária de Lagoa do Mato.

Importa finalmente observar, a partir dos dados acima, além do evidente crescimento do empreendedorismo, também, um desenvolvimento, ainda que embrionário, do cooperativismo e

associativismo na região, estes últimos, que auxiliados por políticas públicas bem direcionadas poderiam ser ampliados e fortalecidos de modo a dar maior consistência aos pequenos empreendimentos locais, contribuindo, ainda mais, para a superação de limitações socioeconômicas e ambientais entre os mesmos municípios. Enfatize-se, em síntese, também em vista das inúmeras informações trazidas no EIA em discussão, que a melhoria das condições de vida e trabalho e o desenvolvimento humano ocorrido nestes municípios, de maneira geral, nas últimas três décadas, nos leva a admitir mais fortemente a possibilidade de haver um desenvolvimento socioeconômico e ambiental subsequente a partir das bases existentes nos próprios municípios, assim como no Brasil. Já a implantação de uma grande empresa (ou um consórcio, no caso) visando explorar urânio na região em foco, certamente, trará um impacto negativo descomunal, além de comprometer por um período incalculável a possibilidade de desenvolvimento regional.

Porém, pelo que se pode observar, também através dos próprios relatos das entrevistas realizadas em meio à produção do mesmo EIA com lideranças comunitárias da região impactada frente a uma eventual instalação do PSQ, é que as mesmas se mostraram contrárias à implantação do Empreendimento, embora tal EIA tergiverse e, independente de qualquer realidade, conclua ser o PSQ um empreendimento estratégico, em escala nacional, e com “forte potencial transformador e indutor de desenvolvimento socioeconômico em escala regional e local, com destaque para as municipalidades e comunidades de seu entorno”. Demonstre-se, portanto, a mais absoluta falta de rigor científico e conceitual deste documento. Diante disso, acreditamos que os governos federal, estadual e municipal, assim como os/as moradores/as da região em debate já estão fazendo - aliás, reiteradamente - devem rechaçar peremptoriamente este caminho de subdesenvolvimento e degradação humana, social, econômica e ambiental a que se relaciona o Projeto Santa Quitéria de produção de urânio e fosfato.

Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo apresentar as falhas e omissões do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) do Projeto Santa Quitéria (PSQ), com foco na sua perspectiva socioeconômica. Buscou-se evidenciar que este último, mesmo apresentando um volume de informações excepcional sobre o território onde se busca implantar o Projeto, não foi capaz de estabelecer qualquer articulação lógica entre a realidade descrita e a sua conclusão de que tal empreendimento será importante para o desenvolvimento socioeconômico da região estudada, muito menos apresentar os reais impactos negativos que uma atividade econômica dessa natureza poderá causar. De nossa parte, entretanto, procuramos, além de revelar os problemas relacionados ao conteúdo deste mesmo documento, reunir informações, muitas das quais, contidas

neste próprio EIA, juntamente com dados levantados primariamente em pesquisa realizada pelo MAM, UFC, UECE, que nos permitiram chegar a conclusões diametralmente opostas daquelas trazidas pelo estudo em pauta.

Considerando-se que um empreendimento como o PSQ tem um caráter temporário, com expectativa de duração de 20 anos, a presença do mesmo poderá levar, muito além de uma degradação ambiental já explicitada neste parecer, que por si só é demasiadamente preocupante, tendo em vista a presença de três bacias hidrográficas e 156 povoados somente no município de Santa Quitéria, incluindo comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos de reforma agrária; o Empreendimento, por ser hidro-intensivo, poderá agravar ainda mais a situação econômica da região durante e após o fim das suas atividades, tornando profundamente escasso este bem vital.

Além do impacto sobre a disponibilidade de recursos hídricos, o método de extração do urânio, com a utilização de dinamite, inevitavelmente acarretará em dispersão desse mineral com potencial radioativo pelo ar e solo, acarretando em poluição e contaminando plantações, pois o mesmo será espalhado pelo vento e pelas águas da chuva, impactando também rios que, por sua vez, causarão danos sobre outros municípios, inclusive com o histórico de aumento de casos de câncer em territórios que recebem esse tipo de empreendimento, conforme demonstram outras experiências da mesma natureza. Além disso, tendo em vista a experiência do município de Caetitê, na Bahia, que recebeu um empreendimento similar ao que ora está sendo proposto para Santa Quitéria, constatou-se no manejo de resíduos tóxico-radioativos, uma dispersão de metais pesados com contaminação comprovada da água por um raio de 20 quilômetros de distância, e 5 "acidentes" entre os anos de 2000 a 2014.

Pode-se supor, portanto, que o citado empreendimento, no médio prazo, trará impactos extremamente negativos ao modo de vida das populações locais. Por outro lado, a quantidade de empregos que o PSQ promete gerar, segundo o próprio EIA-RIMA, algo em torno de 538 empregos permanentes, se traduzirá, provavelmente, em pouco mais de 100 postos de trabalho para a população local, e somente restarão empregos que demandam baixa qualificação, precarizados e que pagam baixíssimos salários.

Visto como um todo, **o possível recebimento de um empreendimento como este há de causar uma estagnação muito mais ampla da economia dos municípios afetados**, tendo em vista a fatal contaminação radioativa, dado o já citado método de extração do urânio. **Não menos importante, do ponto de vista do impacto econômico e ainda mais preocupante, pois se trata de um problema estrutural: deve ser considerado também o estigma pelo fato da presença de uma indústria reconhecidamente degradante do ambiente natural** e, afinal, quem irá consumir alimentos dos municípios citados sabendo que ali existe a exploração de material com forte carga radioativa? A contaminação pode ir além, afetando outros municípios em função das chuvas e da dispersão do material pelas águas dos rios. Pode-se dizer que **haverá uma desvalorização ampla dos territórios envolvidos nessa proposta de empreendimento**. Nesse sentido, faz-se necessário não apenas denunciar o PSQ, por seu caráter degenerativo dos territórios, mas também **construir outro caminho para o desenvolvimento territorial local, dessa vez, alicerçado em fatores como a organização social e o conhecimento científico em diálogo com o saber e as demandas populares, justamente aquilo que os municípios de Santa Quitéria e Itatira demonstram dispor de uma boa base, capaz de ser estimulada e apoiada pelo poder público e a própria iniciativa privada, dentro de um esforço racional e efetivo de desenvolvimento socioeconômico regional**.

Referências

ARAÚJO FILHO, J. A.; CARVALHO, F. C. de ; LEITE, E. R. ; SILVA, N. L. da. Produtividade de Ovinos em Caatinga Melhorada no Semi-Árido Cearense. **Boletim Cearense de Agronomia**, Fortaleza, v. 26, n.1, p. 30-39, 2005.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

KALECKY, Michal. **Economia em desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

MAIA, S. M. F.; XAVIER, F. A. da S.; OLIVEIRA, T. S. de; MENDONÇA, E. de S.; ARAÚJO FILHO, J. A. Impactos de sistemas agroflorestais e convencional sobre a qualidade do solo no Semi-Árido cearense. **Revista Árvore**, v. 30, p. 837-848, 2006.

MENGER, C. **Princípios de Economia Política**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

WACKERNAGEL, M., REES, W. E. **Our ecological footprint**: reducing human impact on the earth. New Society, Gabriola Island, BC, Canada, 1996.